



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1471

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E A LÓGICA REPRESSIVA: EM BUSCA DO INIMIGO VERMELHO NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Daniel Trevisan Samways

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP)

Resumo: A ditadura civil-militar brasileira foi um período de grande repressão e violência. Contando com o apoio de diferentes segmentos da sociedade, os militares implantaram um forte aparato de vigilância em uma incessante busca por suspeitos de subversão, acusados de colocarem em risco a segurança nacional. Este trabalho busca analisar a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o período ditatorial e a vigilância a supostos inimigos políticos, bem como o forte anticomunismo que marcou a comunidade de informações. O século XX foi caracterizado por grande perseguição a comunistas em diversos países e pela produção de milhares de análises sobre os comunistas. Nas ditaduras latino-americanas, os diferentes serviços de inteligências viam no comunismo a principal ameaça, estando permeados por certa paranoia ao acreditar que esse “inimigo” possuía grande força e que estava em todo o lugar. A mesma noção motivava uma visão distorcida sobre esse “outro”, entendido como perigoso, mas também com diversas características negativas. Esse “outro” merecia, aos olhos dos agentes repressivos e dos órgãos de informação, toda a violência e brutalidade, pois, para essa mesma comunidade, supostamente colocaria em risco a segurança nacional. Tendo como base uma documentação produzida pelo SNI, chamada “Comunismo Internacional”, busca-se analisar a visão da comunidade de informações sobre o comunismo e os comunistas, mas também refletir sobre como esse olhar sobre o “outro” no campo político pode potencializar a violência, ou mesmo justificá-la em nome de determinados valores ou da manutenção da ordem, da moral e dos bons costumes.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Serviço Nacional de Informações; repressão; anticomunismo.

Em agosto de 1970, Dulce Pandolfi, então com 21 anos, foi presa e sofreu sua primeira sessão de tortura. Membro desde 1968 da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização criada por Carlos Marighella, acreditava ser possível mudar o mundo. Quando chegou nas dependências da Polícia do Exército, na Rua Barão de

Mesquita, 425, Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, local onde funcionava o DOI-CODI, ouviu: “aqui não existe Deus, nem pátria, nem família. Só existe nós e você.” Não sabe quanto tempo durou sua primeira sessão de tortura. Sabe apenas que sua prisão motivou também a detenção de diversos familiares, que não militavam em organização alguma, mas foram testemunha de sua prisão. Ao longo dos três meses em que ficou presa sofreu diferentes tipos de tortura, como o “pau-de-arara”, choques elétricos após ter seu corpo umedecido com água fria para potencializar as descargas elétricas, além de ter um jacaré vivo colocado sobre seu corpo. Após ser barbaramente machucada, recebia cuidados médicos e soro. Seu corpo tornou-se um grande hematoma, além de ficar parcialmente paralisado. Da sala onde era tratada, ouvia os gritos de outros companheiros e a possibilidade de voltar para a “sala roxa” tornava-se enlouquecedor. Em 20 de outubro do mesmo ano serviu como cobaia em uma aula de tortura. Seu corpo era utilizado para fazer demonstrações. Aula prática e teórica. Após passar mal com choques elétricos foi encaminhada para a cela, onde foi atendida, minutos depois por Amilcar Lobo, médico do Exército, que mediu sua pressão e disse: “ela ainda aguenta”. Foi levada para um pátio, onde passou por uma simulação de fuzilamento. Em novembro foi transferida para o DOPS na Rua da Relação, mesmo local onde o próprio Marighella havia sido preso e torturado durante a ditadura varguista. Após alguns meses, foi transferida para o Recife. Ao todo, ficou um ano e quatro meses presa, para, anos depois, ser absolvida pela Justiça Militar. “Mas, nenhuma absolvição pode apagar os métodos utilizados durante o tempo que estive presa sob a responsabilidade do Estado brasileiro.”¹ Através de agentes civis e militares, a tortura tornou-se uma prática de Estado, com a responsabilidade e conivência dos presidentes militares. Assim como Dulce, milhares sofreram em sessões de torturas. Centenas encontram-se desaparecidos. A violência instaurada tolheu sonhos e ceifou vidas em nome da segurança e de um suposto combate à subversão.

Em junho de 1970, o país cantava “noventa milhões em ação, pra frente Brasil do meu coração”. Ao som da música de Miguel Gustavo Werneck de Souza Martina e utilizada pelo governo para promover a união nacional, o país vibrava com os gols de Pelé, Jairzinho, Rivelino e comemorava o tricampeonato.² Milhões saíram

¹ Depoimento de Dulce Chaves Pandolfi para a Comissão da Verdade em 28 de maio de 2013.

² MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências

às ruas após acompanhar pela primeira vez na televisão a transmissão da Copa do Mundo de 1970. Meses antes, João Saldanha, então técnico da seleção e antigo militante do PCB fora demitido. A ditadura, juntamente com a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), acusava o técnico de perder o controle sobre a seleção. Pairavam dúvidas se o motivo seria realmente esportivo ou político. João Saldanha era acusado de manter ligação com militantes exilados e de fazer propaganda contra o país em suas viagens como treinador da seleção. O presidente Médici queria a convocação de Dario, o Dadá Maravilha, ao qual o técnico então respondeu: “ele escala o ministério e eu a seleção.”³ Durante a copa e atuando como jornalista pela BBC de Londres, foi proibido de acompanhar a seleção. O Brasil inteiro comemorava a conquista, com o presidente Médici abrindo os portões do Palácio do Alvorada para a população. Viviam-se também o “milagre econômico” e pairava um clima de união e ufanismo.

Dois meses depois da conquista esportiva, Dulce Pandolfi seria presa.

A história recente do Brasil foi marcada por um longo período ditatorial, iniciado em abril de 1964 e estendendo-se até 1985 com a eleição indireta de um civil. Esse período, assim como a ditadura varguista entre 1937 e 1945, deixou profundas marcas na sociedade brasileira, tornando evidente a presença nos dias atuais de ranços autoritários.⁴ Por outro lado, nos embates da memória a ditadura foi, durante muitos anos, vista apenas como a opressão de militares sobre a sociedade brasileira, a qual defendeu durante todo o período, valores democráticos e se posicionou contra aqueles que tentaram derrubá-la. A sociedade brasileira, segundo esse discurso, combateu em nome da democracia o regime de exceção implantado pelos militares. Porém, o regime ditatorial implantado em 1964 contou com o apoio de amplos setores da sociedade, caracterizando-se dessa forma, em uma ditadura civil-militar.⁵ Esse regime autoritário não pode ser pensado como um ser estranho à sociedade, como se fosse descolado dela, mas antes, fruto do meio

Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2013. p. 140.

³ Para maiores detalhes do afastamento e das polêmicas envolvendo João Saldanha, ver MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Op. Cit. pp. 108-116.

⁴ AQUINO, Maria Aparecida. Apresentação. In AQUINO, Maria Aparecida et al. (orgs). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – O Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro.** Família 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 11. TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

⁵ CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 135.

social que o gestou. Neste sentido,

[...] só há pouco tempo os pesquisadores buscaram entender a formação daqueles que atuavam na repressão: quem eram, suas ideias e visões de mundo forjadas nos treinamentos nacionais e internacionais. Ver o homem, e não o ‘mostro do torturador’, tem sido uma preocupação desses trabalhos. O homem com a cara-de-qualquer-um, saído da sociedade, nada estranho a ela, portanto. Não sendo suportável acreditar que a barbárie foi aceitável, criou-se a figura do torturador não a imagem e semelhança de homens e mulheres, mas de seres *loucos, monstros, anormais*, como se o Mal não fizesse parte da humanidade. [...] Enquanto estivermos procurando torturadores sem rostos humanos, longe estaremos de compreender a barbárie como criação de homens e mulheres, gestada em nosso meio.⁶

O estudo do imaginário anticomunista do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de sua crítica ao comunismo a partir da publicação mensal deste órgão, *Comunismo Internacional*⁷, são o objeto de estudo deste trabalho. Busca-se compreender de que maneira os comunistas são analisados e retratados nesta publicação, refletindo assim os ideais e anseios do órgão de informações.

Pensar no anticomunismo – que é gestado no meio social como resposta ao surgimento de um movimento novo, o comunismo, o qual gerou grande temor em boa parte do ocidente, bem como as motivações, práticas e imaginários dos anticomunistas – pode também ser enquadrado em um estudo sobre a “direita”.⁸ Por outro lado, como tendência, a direita não pode ser vista como única e homogênea, mas antes, movida por diversas razões e levantando diferentes bandeiras, não cabendo apenas o termo “conservadorismo” para denominá-la, tornando mais correto o termo “as direitas”.⁹ Segundo Sandra McGee Deutsch, esse campo político se consolida, inicialmente, como resposta à esquerda, mas, indo além, como reação a “tendências políticas igualitárias e libertadoras do momento, quaisquer que sejam estas, e a outros fatores que no seu entender ameaçam a ordem social e econômica. Teme que os impulsos niveladores e os ideais revolucionários universais

⁶ QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. Apresentação: Memória, história e autoritarismo. In QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social de regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13.

⁷ Encontrei a publicação *Comunismo Internacional* no Arquivo Público do Paraná, o qual recebeu em 1991 a documentação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná. Existem neste arquivo nove edições, de junho de 1970 até fevereiro de 1971. As edições de 1970 até 1973 foram encontradas no Arquivo Público de São Paulo, que também reúne a documentação da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo.

⁸ Uma importante análise sobre a distinção entre “esquerda” e “direita” está em BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

⁹ Os termos “direitas” e “esquerdas” são utilizados no plural devido seu caráter diverso e heterogêneo. REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS, Daniel Aarão et al. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004. p. 32.

debilitem o respeito pela autoridade, a propriedade privada, as tradições que valoriza.”¹⁰

O anticomunismo, mesmo não sendo uma novidade na historiografia, configura-se ainda em um campo amplo de estudos e demanda maiores pesquisas. Por um longo período, persistiu a falsa ideia de que o anticomunismo não deveria ou não mereceria ser estudado devido a sua pouca relevância, pelo falseamento da realidade ou ainda, por ser considerado um sinal de atraso e de ignorância em comparação com os feitos e teorias da esquerda.¹¹ Para muitos ainda, compreender a direita significa conferir certa simpatia pelas práticas autoritárias, como se o discurso da direita devesse ser simplesmente silenciado ou omitido. Rejeitando tal hipótese, acreditamos que analisar o discurso anticomunista não significa tomá-lo como verdade ou que possamos, de certa maneira, interpretar a realidade e o passado através de sua ótica, muitas vezes distorcida. Por outro, torna-se desafiador buscar compreender e problematizar como pensavam os anticomunistas e de que forma esse discurso, bem como suas representações estiveram presentes nas Forças Armadas e nos serviços de informações. Conferir voz a esse discurso não significa simpatia para com ele, mas sim a tentativa de compreender as razões e motivações de um movimento autoritário, percebendo que a engrenagem da força repressiva não se movimentava sozinha, possuindo um forte impulso no anticomunismo e nas interpretações sobre comunistas e a “subversão”.

No século XX, o anticomunismo deve ser analisado como uma das forças políticas mais importantes e fortes do mundo ocidental, além de ser visto como um dos componentes indispensáveis da segurança nacional. Essa “ameaça vermelha” pode, porém, ter efeitos deletérios para uma determinada população, assim como causar grande pânico em uma sociedade. Ela gerou dois medos distintos no Ocidente: o que a União Soviética poderia fazer se não fosse contida e o que os comunistas poderiam fazer no mundo ocidental. Esses medos foram transformados em ameaças e, segundo Harry Ceplair, requereram medidas drásticas para contê-las. Dessa forma, ao se sentirem ameaçados, determinados setores buscaram

¹⁰ DEUTSCH, Sandra McGee. **Las derechas**: la extrema derecha em la Argentina, el Brasil y Chile, 1890-1939. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005. p. 21.

¹¹ Rodrigo Patto Sá Motta aponta os preconceitos sofridos por aqueles que optaram por estudar as direitas e o anticomunismo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. **Locus**: revista de história. Juiz de Fora, v. 30, n.1. p. 17-27. 2010.

introduzir o anticomunismo na política cultural dos países ocidentais.¹² Ceplair e Heale convergem ao afirmarem a existência de vários tipos de anticomunismos, os quais possuíam diferentes agendas e interesses, variando, segundo Heale entre raça, classe social e religião. Por outro lado, essa “ameaça comunista” não podia ser mensurada com precisão, nem tampouco o poder real dos comunistas. Os anticomunistas acreditavam fielmente no poder e no perigo dos comunistas e seus “gritos altos e penetrantes atingiam e provocavam pânico em muitas pessoas.”¹³ A “ameaça vermelha” foi tema de filmes,¹⁴ histórias em quadrinhos¹⁵ e programas de televisão.¹⁶

O anticomunismo e a visão negativa que se fazia do comunismo, uniu diferentes setores da sociedade em torno de um mesmo ideal, o de proteger a nação, e pode ser compreendido como um fator importante em momentos de ruptura na sociedade brasileira. Para Rodrigo Patto Sá Motta, “as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a 'ameaça comunista' foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda.”¹⁷ Não se restringindo a essas conjunturas específicas, entende-se que o anticomunismo foi também fundamental durante o período mais repressivo da ditadura, principalmente entre os anos de 1968 a 1975 e que, baseado nele, os militares conseguiram angariar apoio de parte da sociedade, aliados a um “milagre econômico”. Além de ser reavivado a partir de 1968, o anticomunismo mudou de tom. Segundo Maud Chirio “temas de destruição da família, da derrubada da moral e dos estragos provocados pelo materialismo ateu não eram até 1968 centrais nas declarações públicas de militares, eles se tornam nesse momento as provas obsessivas do progresso da subversão.”¹⁸ Baseados neste anticomunismo, o governo decidia quem deveria ser excluído da cena política

¹² CEPLAIR, Larry. **Anti-Communism in Twentieth-Century America: A Critical History**. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO, 2011. p. 2.

¹³ CEPLAIR, Harry. Op. Cit. 2011. p. 3. “cries of peril were loud and pervasive, and they touched on or provoked deep-seated anxieties in many people”. Tradução livre.

¹⁴ VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas: cinema e guerra fria no Brasil. 1945-. 1954**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

¹⁵ WRIGHT, Bradford W. **Comic book nation: the transformation of youth culture in America**. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press: 2003. pp. 109-153.

¹⁶ WHITFIELD, Stephen J. **The Culture of the Cold War**, 2d ed. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1996. pp. 154-178.

¹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. 2002. p. XXIII.

¹⁸ CHIRIO, Maud. Op. Cit. 2012. p. 121.

para o bem da sociedade.¹⁹

Comunismo Internacional foi produzida pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações a partir de 1970 e distribuída para todo o Brasil, desde órgãos de informações ligados ao SNI como as Divisões de Segurança e Informações (DSI) de ministérios civis até as Secretarias de Segurança Pública estaduais e as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Era enviada também a vários setores das Forças Armadas e aos seus órgãos de informações como o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e Centro de Informações da Marinha (Cenimar), além da Presidência da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados, Superior Tribunal Federal e também autoridades religiosas. A publicação mensal fazia uma grande e detalhada análise do comunismo no mundo todo, suas principais ações e suas características, abordando a maneira de ser dos comunistas. Alertava para o comportamento e ações dos “vermelhos”, os quais poderiam estar em todos os lugares e usar qualquer disfarce. Segundo essa visão, os comunistas não mediriam esforços e nem teriam escrúpulos para conseguir seus objetivos.

Ao nos debruçarmos sobre a farta documentação e os milhares de relatos de tortura e violência durante a ditadura, com todos os requintes de crueldade e sadismo²⁰, algumas questões ainda permanecem em aberto: os aparatos repressivos e de informações acreditavam que estavam salvando a nação e combatendo um poderoso inimigo, pintado com todas as características negativas e perigosas? Ou, por outro lado, estavam apenas cumprindo ordens de seus superiores e já não acreditavam nessa força e no aspecto maléfico dos comunistas? A tortura contra o “outro” era um simples mecanismo para fazê-lo falar ou seu sofrimento justificava-se por ser um subversivo? Por que tamanha violência para com o “outro”, visto como “inimigo da nação”? Não se pode afirmar que todos os militares acreditavam no poder dos comunistas e subversivos e que esses eram a verdadeira representação do mal a caminhar sobre a Terra. Este estudo analisa um setor específico da ditadura, a Agência Central do SNI, entre 1970 e 1973, buscando

¹⁹ Por certo, alguns militares também foram perseguidos por cobrar uma posição ainda mais radical do governo, principalmente entre 1964 e 1968. Esses oficiais afirmavam que a “Revolução” teria mudado o rumo e deveria ser ainda mais enérgica no combate à subversão. Ao se colocarem como defensores da verdadeira revolução e ainda expondo suas ideias na mídia, acabaram sendo transferidos para regiões longínquas do país, sem grande destaque político e, em algumas situações, sem tropas sob seu comando. CHIRIO, Maud. Op. Cit. 2012. pp. 93-135.

²⁰ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petropolis: Vozes, 1985.

compreender de que forma elementos como “medo” e “paranoia” podem também ser percebidos nessa relação com o “outro”, principalmente ao produzir informações sobre ele. Entende-se que o período ditatorial não foi marcado por uma oposição dicotômica entre militares e agentes secretos de um lado, e comunistas e “subversivos” de outro. Pode-se afirmar que as fronteiras nesse período estavam um tanto quanto borradas, concluindo que a ditadura fez certas concessões a uma parcela da oposição, criando zonas intermediárias, segundo Marcelo Ridenti, entre o “colaborar” e o “resistir”, não configurando-se apenas e exclusivamente no confronto, mas também na integração e negociação, na tentativa de construir uma base de legitimidade.²¹ Nem todos os comunistas foram presos ou torturados. A violência que se seguiu após 1964 atingiu uma parcela significativa das esquerdas ou grupos a elas identificados, mas não sua totalidade, criando certos espaços para esses grupos. Isso não significa afirmar que ela foi branda. Pelo contrário, a violência e o estado de terror implementados – através de sessões de tortura, prisões arbitrárias e desaparecimentos – geraram também uma sensação de medo e temor, espalhando em diversos segmentos sociais a suspeição e a preocupação de ser detido, preso ou torturado. Ao passo que obras de Mao Tsé-Tung e Che Guevara eram proibidas, as de Karl Marx ocorriam até em bancas de revista. Mesmo sendo liberado, a posse de uma obra de Marx poderia, contudo, levantar a suspeita, gerar investigações e seu portador ser visto como “esquerdista”, além de gerar uma possível vigilância de seu círculo pessoal e profissional. Ler Marx não era crime, mas poderia ser um elemento desabonador da conduta. Possuir determinadas informações nas fichas nos órgãos de informações poderia também significar a não contratação em um serviço público e gerar uma série de constrangimentos.

Mesmo que a ditadura tenha sido modernizadora do ponto de vista econômico, tenha concedido espaço para uma parcela das esquerdas ou ainda que parte deste grupo tenha integrado a estrutura administrativa ou permanecido nela após o golpe em 1964, não existindo um expurgo total e que, em números absolutos e proporcionais, as mortes foram menores no Brasil do que seus vizinhos latino-americanos, nada disso anula o aspecto brutal, violento, autoritário e antidemocrático, tampouco torna menor a sensação de medo daqueles que acreditavam serem os próximos e não apaga as marcas da tortura, do exílio ou o

²¹ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. 2014. p. 30.

sentimento de perda daqueles que desapareceram.

A paranoia e o medo em relação ao comunismo e aos comunistas não foram uma regra e tampouco permearam toda a sociedade e as Forças Armadas. Isso, por certo, não exclui sua existência e seu alcance dentro dos aparelhos repressivos e as ações delas decorrentes. Mesmo que as divisões dentro de uma sociedade sejam, por vezes, complexas, não podemos esquecer e desconsiderar a ação de grupos radicais marcados pelo extremo anticomunismo. Pode-se falar também na ação de grupos radicais de esquerda. É preciso, porém, levar em consideração que o poder de alcance desses grupos radicais de esquerda era infinitamente menor do que seus adversários. Por outro lado, em grupos radicais anticomunistas figuraram também membros das próprias Forças Armadas. Se houve uma guerra, como afirmavam os militares, ela foi muito desigual. Ao analisarmos esses grupos radicais, podemos encontrar o ódio e o ressentimento muito próximos ao medo e a paranoia. Para estes, o mundo dividia-se entre o “nós” e o “eles”, “aliados” e “inimigos”. Se não podemos falar que a ditadura foi em seu todo marcada pela dicotomia “colaboradores” e “opositores”, e que para muitos a presença de comunistas era vista como insignificante, podemos falar que dentro de determinados órgãos a preocupação com o “inimigo” a ser combatido e a divisão do mundo em dois lados, o “bom” e o “mau”, foram, sem dúvida, uma constante.

A chegada dos militares ao poder representou um fortalecimento deste anticomunismo e um aumento do poder repressivo do Estado, podendo ser também compreendido como *terrorismo de Estado*.²² Na tentativa de proteger a nação do “perigo da subversão”, de defender a ordem, a moral e os bons costumes, os militares colocaram o país em uma “guerra psicológica”, fortalecendo sentimentos como a paranoia e o medo, inculcando nas mentes a noção de que o país estava em eminente risco e perigo, no qual conceitos como *bem* e *mal* foram fortemente trabalhados. Por certo, o medo e a paranoia de determinados setores militares acabaram por se disseminar no corpo social, deixando inclusive de figurar apenas no discurso e partindo para a ação. Não podemos esquecer atos de delação ou ainda da formação de grupos de combate ao comunismo.

Se de um lado o governo buscava informar a população sobre os riscos do

²² PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência. In: FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

comunismo, como, por exemplo, no *Decálogo da Segurança*²³, divulgado para o público geral, de outro buscava informar também seus próprios agentes e colaboradores de como agiam os “subversivos”. Diversos manuais e relatórios foram produzidos por vários órgãos do governo, buscando demonstrar o “perigo comunista”. Destaque para “*Ação Subversiva no Brasil*”, do Cenimar de 1972, “*Como eles agem*”, do Cisa de 1971 e “*Dicionário: Segurança Nacional e subversão*”, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, de 1977.²⁴ Tais manuais difundiam determinada visão sobre comunistas e subversivos, bem como da luta empreendida por eles na forma de guerrilhas urbanas e rurais. Esses materiais possuíam uma circulação mais restrita, estando destinados às Forças Armadas. *Comunismo Internacional* insere-se nessa documentação de caráter restrito, mesmo que algumas de suas cópias fossem enviadas para além da esfera governamental, como algumas arquidioceses. Porém, importantes autoridades recebiam essa documentação.

Entendemos que *Comunismo Internacional* não foi a única produção com caráter anticomunista, tampouco uma produção isolada no que tange a reforçar uma espécie de “cultura do medo” dentro do sistema repressivo. Ela deve ser vista como uma das peças desta engrenagem autoritária. A paranoia, o medo e a ansiedade são resultantes de uma esfera cultural muito mais profunda, que permeia toda a sociedade e acaba por se relacionar com determinados sentimentos e valores individuais e coletivos. Produções de caráter anticomunista e que alertavam para o “mal do comunismo” no período de ditadura civil-militar foram relativamente amplas, com livros editados principalmente pela editora da Biblioteca do Exército, a Bibliex, produzidos aqui ou no exterior, como *A Nação que salvou a si mesma*, *O Serviço Secreto*, *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*, *Os sete matizes do Vermelho*, *Os Subversivos*²⁵, além de uma infinidade de informes, relatórios e comunicados, enviados para todo o país, que demonstravam o perigo comunista. Por certo, dentre uma infinidade de publicações e documentos, *Comunismo Internacional* torna-se um valioso exemplo para melhor compreender o período ditatorial e também a

²³ Decálogo da Segurança. Item 1. Apud: MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, nº34, pp. 203-220, 1997.

²⁴ O Dicionário foi escrito por Zonildo Castelo Branco, delegado de polícia. O documento foi analisado por HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. **Cartilha da repressão**: Os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a Segurança Nacional (1974-1977). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2011.

mentalidade autoritária daqueles que fizeram parte de importantes órgãos do governo, como o Serviço Nacional de Informações.

Em momentos de crise ou mesmo de incertezas, mitos políticos, como o comunismo e seu complô mundial, são reforçados, ganhando adesão no corpo social e são insuflados por aqueles que se autodenominam como os salvadores. E de que forma esses mitos são trazidos à tona e trabalhados? A quem ou a que fazem referência para ganhar maior respeitabilidade ou mesmo ressonância? Não basta apenas criar ou elaborar a ideia de um complô, mas também conectá-los a valores negativos e obscuros, sendo evocados através de pesadelos, como o “medo dos porões tenebrosos, das paredes sem saída que se fecham, das fossas escuras de onde não se sobe de novo; medo de ser entregue a mãos desconhecidas, de ser roubado, vendido ou abandonado; medo enfim, do ogro, dos dentes, dos dentes carniceiros dos animais de presa, de tudo que tritura, despedaça e devora.”²⁶

BIBLIOGRAFIA:

AQUINO, Maria Aparecida. Apresentação. In AQUINO, Maria Aparecida et al. (orgs). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – O Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro.** Família 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais.** Petropolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CEPLAIR, Larry. **Anti-Communism in Twentieth-Century America: A Critical History.** Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO, 2011.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis:** revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DEUTSCH, Sandra McGee. **Las derechas:** la extrema derecha em la Argentina, el Brasil y Chile, 1890-1939. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. **Cartilha da repressão:** Os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a Segurança Nacional (1974-1977). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2011.

²⁶ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 57.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina.** Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2013. p. 140.

MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 17, nº34, pp. 203-220, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. **Locus:** revista de história. Juiz de Fora, v. 30, n.1. p. 17-27. 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência. In: FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. Apresentação: Memória, história e autoritarismo. In QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social de regimes autoritários:** Brasil e América Latina. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS, Daniel Aarão et al. (orgs). **O golpe e a ditadura militar:** quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. 2014.

TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas:** cinema e guerra fria no Brasil. 1945-1954. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

Whitfield, Stephen J. **The Culture of the Cold War**, 2d ed. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1996.

WRIGHT, Bradford W. **Comic book nation:** the transformation of youth culture in America. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press: 2003.